

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SESIMBRA

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



Relatório de Atividades e Contas 2020



[Handwritten signatures and initials]

Relatório de Atividades e Contas 2020

1. Enquadramento e Introdução

Este foi um “annus horribilis” devido à omnipresença do novo vírus SARS-Cov2 e praticamente tudo enquadrou, tendo a pandemia daí resultante como pano de fundo.

Tivemos assim um ano de 2020 quase totalmente dedicado à defesa de funcionários e utentes face ao novo vírus, dada a sua letalidade muitíssimo agravada nos mais idosos.

Muito se tem escrito sobre a pandemia e especificamente o seu impacto nas Instituições semelhantes à nossa e não vamos aqui tecer muitos mais comentários. De reter a coragem o esforço e a dedicação de todos os funcionários e dirigentes que nunca abandonaram a luta, nunca abandonaram os seus idosos.

Infelizmente fomos dos muito poucos que conseguiu prevalecer:

- Zero casos, zero mortos nos nossos Lares. Excepcional desempenho que muito nos orgulha. Tivemos como sempre a protecção divina do Nosso Senhor Jesus das Chagas.

2. Atividades Desenvolvidas

ERPI's (Lares) e Centro de Dia:

Os Utentes de Centro de Dia foram “transferidos” para o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), por obvias razões de segurança e assim continuam.


Quanto aos Lares centrámo-nos não só na qualidade dos serviços como acima de tudo nas medidas de segurança que sentimos serem as mais adequadas na forma e no tempo, independentemente das publicadas, a título de orientações, pelo Governo, que a nosso ver foram sempre pecando por tardias. Como é usual dizer-se foram sempre “correndo atrás do prejuízo”. Nada previram.

Nós, tentámos sempre antecipar: ainda os Centros de Dia não tinham sido encerrados como obviamente perigosos no que ao contágio diz respeito, - dezenas de utentes a entrar e a sair dos Lares – já nós tínhamos transferido os respetivos Utentes para o SAD;

Duas semanas antes da proibição de visitas aos Lares decretada pelo Governo já a Misericórdia as tinha proibido substituindo-as por contactos via internet.

Também impusemos testagem obrigatória e sistemática a utentes e funcionários com testes que adquirimos a expensas próprias.

Ainda a implementação do Plano de Contingência e as reuniões periódicas com os nossos colaboradores sempre que alguma alteração no mesmo era introduzida.



Foram os funcionários incentivados a ficarem sempre em casa logo que surgisse algum tipo de dúvida sobre a sua eventual contaminação, assegurando a Santa Casa a totalidade do salário mensal. Medida que entendemos como decisiva no nosso êxito.

As diretivas governamentais que neste caso obviamente não contestamos, tiveram como consequência por um lado, um aumento de custos nomeadamente nos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), por outro uma diminuição de receitas com a obrigatoriedade da criação de espaços de isolamento em ambos os Lares o que teve óbvias implicações na lotação dos mesmos. Calculamos um valor próximo de 150 mil euros de deficit "importado" e que no final tentaremos especificar. As ajudas foram escassas ou mesmo nulas.

Ainda:

- Continuamos a renovar as ajudas técnicas nos Lares tais como, camas articuladas, colchões anti-escaras, cadeiras de rodas, etc.
- O projeto de ampliação e remodelação do Lar e CATL Senhor Jesus das Chagas foi já terminado e candidatámo-lo ao novo Programa PARES 3.0;
- Também o projeto de arquitetura para o novo Lar da Maçã está já aprovado pela Segurança Social e aguarda neste momento aprovação da Câmara Municipal de Sesimbra. Também foi objeto de candidatura ao PARES em valores bem abaixo do seu custo real, mas os únicos disponíveis no momento calculados apenas e só em função do projeto de arquitetura.

C.A.T.L.:

Mantivemos no essencial a valência em funcionamento, algo condicionados pelas razões que são conhecidas que levaram a interrupções sistemáticas. O número de crianças a frequentar o nosso CATL andou sempre próximo do valor contrato pelo Estado, 82. Renovámos algum mobiliário.

Também aqui a pandemia trouxe algumas consequências a nível de receitas.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD):

Mantivemos a valência a funcionar, inicialmente subcarregada com os Utentes de Centro de Dia como já referido. Conseguimo-lo também com o enorme esforço de todos.

De relevante ainda a mudança do Serviço para o Espaço Santa'Ana ficando provisoriamente no lugar do futuro espaço de fisioterapia enquanto decorrem obras no logradouro do prédio onde se instalará a título mais permanente.

Esta decisão foi como se sabe assumida pela razão de ser necessário libertar o espaço correspondente no Lar Senhor Jesus das Chagas considerando as futuras obras.

Culto:

Realizamos todo o cerimonial religioso que a pandemia permitiu, no estrito cumprimento das regras impostas pelo Governo e pela Diocese.

Queremos destacar aqui a obra de remodelação das mortuárias.

Também neste sector a diminuição de receitas foi por demais evidente:

- Menos celebrações, menos presenças, menor peditório;
- Total ausência de velórios.

Espaço Santa Ana:

O espaço encerra como se sabe os serviços de Psicologia (Snoezelen), Fisioterapia (massagens), Acupunctura.

Com exceção da Fisioterapia que foi interrompida devido a baixa médica da responsável, os outros serviços mantiveram-se em muito bom nível. Talvez de salientar o paulatino crescimento do serviço da Acupunctura.

Ainda como relevante:

- Continuámos com obras de conservação no Bairro Calouste Gulbenkian, nomeadamente o isolamento de mais um terraço, assim como obras menores nos fogos;
- Também continuamos com a ajuda alimentar á comunidade não só através da distribuição de cabazes alimentares a cerca de 100 famílias como com refeições preparadas que atingiram as 11 mil, número que compara com as 8 mil em 2019. A CMS apoia este programa através de Protocolo, mas apesar de solicitada a revê-lo em função do crescendo dos números, não o fez mantendo a comparticipação financeira inalterada desde janeiro de 2009;
- Colabora a Santa Casa através da disponibilização de um técnico no CPCJ concelhio;
- Mantivemos a parceria no POAPMC (Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas) com ajuda direta a cerca de oito dezenas de pessoas, já desde 2017;



Quanto ao Pessoal:

- Uma vez mais o aumento “administrativo” do salário mínimo nacional – sem suporte nalgum aumento da inflação ou da produtividade – causou problemas não só ao nível económico-financeiro como de gestão de pessoal. Está-nos a conduzir só por si a uma situação insustentável. De notar que próximo de 2/3 dos nossos colaboradores já “usufruem” do mesmo;
- Faz todo o sentido aproveitarmos este espaço para uma vez mais referir o desempenho dos nossos colaboradores nesta grave crise de saúde pública, nunca abandonando os seus postos de trabalho mostrando a sua coragem e posteriormente resiliência. Nunca agradeceremos o suficiente. Voltamos a referir com orgulho que o malfadado vírus não entrou nos nossos Lares até ao momento e já estamos todos vacinados...

3. Resultados

Algumas considerações face aos números apresentados:

- Acabámos o ano com um prejuízo próximo dos 132 mil euros. Tal desempenho nada teve a ver com quaisquer decisões de gestão nossas, como já atrás referido, foi totalmente “importado” do exterior e como óbvia consequência da pandemia. Senão vejamos:
 - Salário mínimo nacional com impacto superior a 35 mil euros;
 - Máscaras, luvas, fatos de protecção, (EPI’S) atingiram valores próximos dos 30 mil euros. De relevar aqui os preços iniciais praticados por exemplo com mascaras que chegaram a ser adquiridas a 4 euros a unidade;
 - Diminuição do número de Utentes por necessidade de criação de espaços de isolamento nos Lares que justificam uma diminuição de receita que estimamos próxima dos 70 mil euros;
 - Acrescentamos ainda aqui a diminuição de receitas na Capela e Mortuária;
 - Propomos que a transferência do resultado líquido negativo do exercício, no valor de 131.734.88 € seja transferido para a conta de resultados transitados;
- A inevitabilidade do aumento do saldo de fornecedores, consequência do deficit;

Pensamos ser possível começarmos a amenizar a situação já em 2021 mas ainda com resultados negativos. Tal será afigura-se-nos inevitável considerando a actual situação do país e do mundo e a espectável imunidade de grupo a ser apenas atingida no final do verão na melhor das hipóteses.

Precisamos obviamente de apoio significativo do Estado para conseguirmos continuar a realizar a tarefa que a este cabe. Tal não tem acontecido e é do nosso conhecimento que as dificuldades são generalizadas e talvez mesmo inultrapassáveis em algumas Instituições.

4. Factos ocorridos após o termo do exercício

Resulta evidente que a pandemia vai continuar como referido anteriormente e influenciar de modo muito negativo o exercício de 2021.

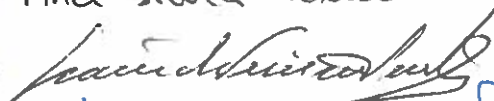
5. Considerações e Agradecimentos

Voltamos a agradecer a todos sem excepção, essencialmente pelo trabalho, coragem e resiliência demonstrados.

Convictos de termos efectuado um bom trabalho em prole da Instituição, e consequentemente da população que servimos, pedimos à distinta Assembleia de Irmãos a aprovação do Relatório e Contas referentes a 2020.

Sesimbra, 08 de Março de 2021

Reza A. Duarte.

- × Ana silvia Sousa da Cunha live
- × 
- × Antonio José Salvo Paixão



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Audiramos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra (a entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 que evidencia um total de 3.269.256 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.409.854 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 131.735 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

O exercício 2020 é o primeiro exercício que a empresa tem as contas certificadas, sendo assim as contas do exercício de 2019, que aparecem nas demonstrações financeiras para fins comparativos não foram objeto de revisão de contas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de



atividades estão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 09 de Abril de 2021

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

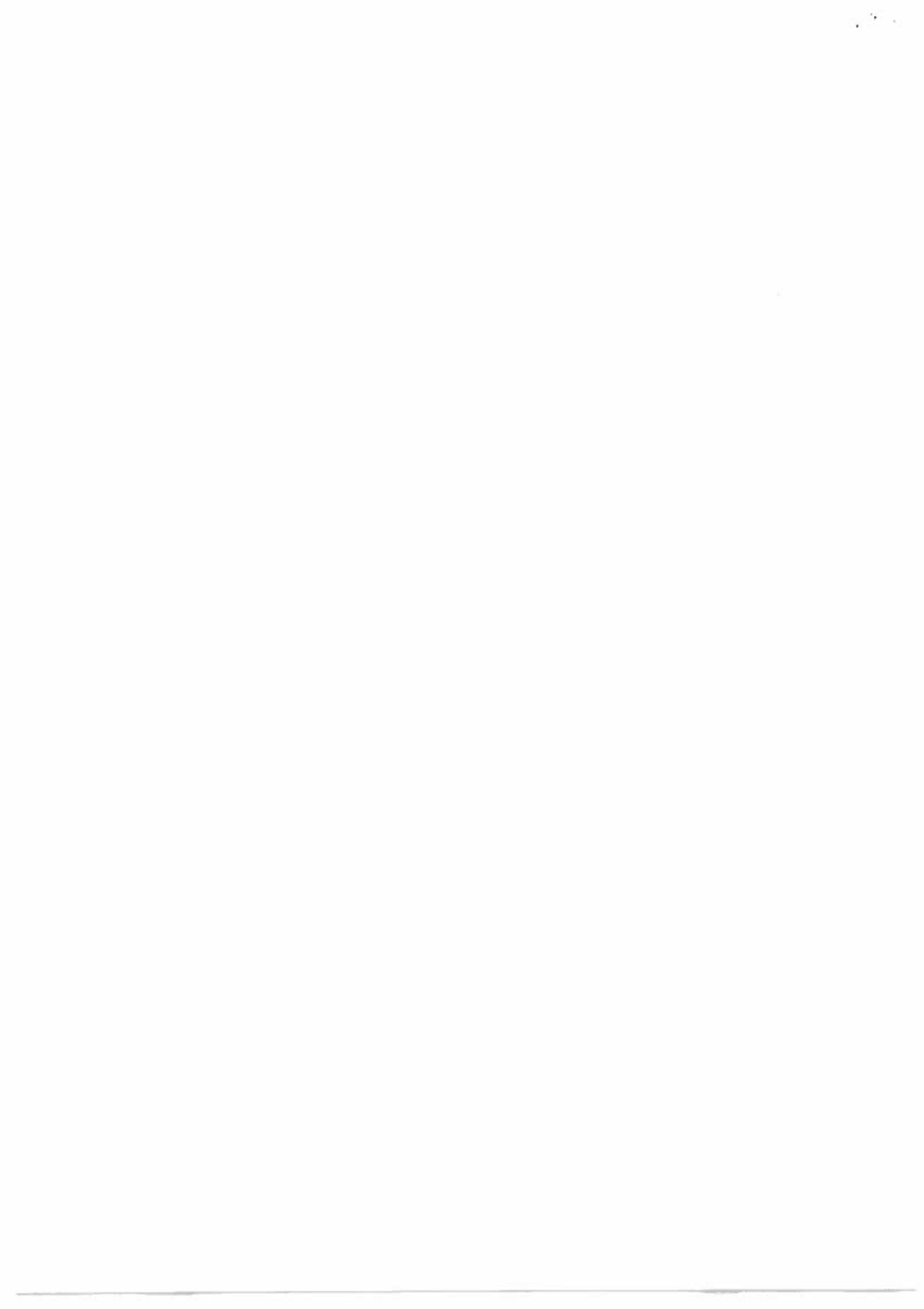
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dra. Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas,

Revisor Oficial de Contas n.º 816

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160444



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SESIMBRA

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

BALANÇO EM DEZEMBRO DE 2020

Rubrica	Notas	DATAS	
		2020	2019
Activo			
Activo nao corrente			
Activos fixos tangiveis	9	2,808.021.05	2,776,318.18
Outros creditos e activos não correntes		1,000.00	1,000.00
Total do Activo nao corrente		2,809,021.05	2,777,318.18
Activo corrente			
Inventários	24	20,933.92	8,898.04
Creditos a receber	10	245,287.49	189,171.52
Estado e outros entes públicos	15	13,252.44	4,635.08
Diferimentos	11	9,934.23	2,285.99
Outros Activos Correntes	16	56,235.11	41,890.63
Caixa e depósitos bancários	12	114,592.21	233,668.42
Total do Activo corrente		460,235.40	480,549.68
Total do Activo		3,269,256.45	3,257,867.86
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	316,253.29	316,253.29
Resultados transitados	13	966,158.26	627,600.87
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	1,259,177.54	1,262,501.00
Resultado liquido do período	13	-131,734.88	338,557.39
Total do Fundos Patrimoniais		2,409,854.21	2,544,912.55
Passivo não corrente			
Provisões	24	12,212.81	12,212.81
Financiamentos obtidos	22	374,349.00	417,004.81
Total do Passivo não corrente		386,561.81	429,217.62
Passivo Corrente			
Fornecedores	14	191,224.20	38,580.75
Estado e outros entes publicos	15	33,320.21	31,788.45
Financiamentos obtidos	22	44,376.35	52,200.00
Outras passivos correntes	21	180,234.14	139,935.79
Diferimentos	11	23,685.53	21,232.70
Total do Passivo Corrente		472,840.43	283,737.69
Total Passivo		859,402.24	712,955.31
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		3,269,256.45	3,257,867.86
		0	0

O Contabilista Certificado





Mesa Administrativa

Rosa A. Duro

* Ana Silvia Sousa da Cunha Cruz

* *[Handwritten signature]*
* Antonio Francisco Xavier

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SESIMBRA			
INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS EM			
DEZEMBRO DE 2020			
DESCRIÇÃO	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	4	932,089 42	1.008,584 96
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	17	781,956.01	775.132 73
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	23	-87,034 82	-61,684 54
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	5	-624,636 09	-682,848 09
GASTOS COM O PESSOAL	6	-1,429,685 79	-1,386,830 81
IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	18/19	3.204 14	-10.318 05
OUTROS RENDIMENTOS	7	410,291 59	788,165 43
OUTROS GASTOS	20	-66,030 69	-45,264 47
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTO DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		-79,846 23	384,937 16
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	9	-45,070 11	-45,226 06
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		-124,916 34	339,711 10
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS			
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTOS	8	-6,818 54	-1,153 71
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		-131,734 88	338,557 39
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		0 00	0 00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		-131,734 88	338,557 39

O Contabilista Certificado	Mesa Administrativa
	<p>Raul A. Duarte</p> <p>Ana Sílvia Sousa de Lencastre</p> <p>* </p> <p>* António José Salazar Pinheiro</p>





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SESIMBRA

Parecer do Conselho Fiscal

Ao abrigo do N.º1 alínea c) do artigo 31.º do Compromisso desta Instituição, e no âmbito das competências do Conselho Fiscal, formalizou a Mesa Administrativa pedido de parecer sobre o assunto a ser debatido e votado, como ponto único, na Assembleia Geral extraordinária de 16 de Abril de 2021. Assim, este órgão de fiscalização emite o seguinte parecer:

Pretende a Mesa Administrativa solicitar financiamento, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 200.000€ (duzentos mil euros), ao abrigo da linha de crédito de apoio ao setor social covid-19 destinado as IPSS, nas seguintes condições: Spread 0,9%; período de carência de 18 meses; prazo do empréstimo de 6 anos.

Decidiu o Conselho Fiscal dar o seu parecer favorável, ao pedido de financiamento supra descrito, considerando que o mesmo se destina ao reforço da tesouraria em virtude da sistemática diminuição das receitas a par do aumento de custos e tudo isto provocado pelo período pandémico que vivemos.

Propor a Assembleia Geral a sua aprovação.

Sesimbra, 9 de Abril de 2021

Conselho Fiscal

O Presidente

Guilherme José Ferreira Chagas Rasteiro

O Vice- Presidente

Alberto José Marcos Neto

A Secretária

Luz Maria Cruz Amigo

